

João Ribeiro Butiam Có

“As associações das comunidades migrantes em Portugal
e a sua participação no desenvolvimento
do país de origem: *o caso guineense*”

Nº 12/ 2004

SOCIUS Working Papers

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa

SOCIUS Working Papers

Publicação seriada do

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa

Rua Miguel Lupi, 20

1249-078 Lisboa, Portugal

Tel: 21 3951787 / 21 3925800

Fax: 210 3951783

E-mail : socius@iseg.utl.pt

As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: *o caso guineense*

João Ribeiro Butiam Có

jooribeiro@yahoo.com

joaoco2@hotmail.com

Investigador associado do SOCIUS

Setembro de 2004

Índice Geral

Resumo 4

1. Algumas considerações introdutórias/enquadramento: do país de origem ao país de acolhimento 5

2. A imigração guineense em Portugal: da formação das comunidades à necessidade de organização em Associações de Migrantes 9

3. As Associações das Comunidades Migrantes guineenses em Portugal e as suas ligações ao desenvolvimento do país de origem 12

4. Algumas considerações finais 16

Bibliografia 18

Resumo

Este trabalho visa realçar o contributo das “Associações das Comunidades Migrantes” guineenses em Portugal (ACM) para o desenvolvimento dos seus locais ou país de origem. Essa realidade pouco conhecida pelas entidades do país de acolhimento e, às vezes, desprezada pelas entidades do país de origem, constitui ao longo dos anos mais que uma ajuda pontual ou forma de sobrevivência da família/famíliaes dos migrantes, tendo contribuído também para o desenvolvimento do país de origem.

As conclusões deste trabalho demonstram esse contributo e, por outro lado, realçam a forma atípica do “transnacionalismo” da migração guineense, restrita a certos grupos étnicos. Apesar disto, a “Confederação das Associações de Imigrantes Guineenses em Portugal” é constituída por diferentes tipos de associações, diferenciadas em tipologias, formas e natureza.

1. Algumas considerações introdutórias/enquadramento: do país de origem ao país de acolhimento

O presente trabalho visa uma apresentação das Associações das Comunidades Migrantes (ACM) guineenses em Portugal, essencialmente no que diz respeito às suas ligações com o país de origem e à participação no respectivo processo de desenvolvimento. Este trabalho está enquadrado no projecto “ Migração e Desenvolvimento”, sendo coordenado pelo “ Instituto Panos Paris” e realizado em colaboração com o CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral).

A metodologia utilizada para a sua elaboração foi a de entrevistas realizadas a diferentes dirigentes das associações inscritas na “Confederação das Associações de Imigrantes Guineenses em Portugal” (incluindo a alguns técnicos do CIDAC), durante o ano de 2003, com o objectivo de conhecer a formação das associações, natureza/objectivos, elementos participativos, formas de contributo para o desenvolvimento do país ou local de origem, etc.

Esta realidade pouco conhecida, quer por parte das sociedades civis, quer por parte das entidades estatais, tanto portuguesas, como guineenses, constitui uma evidência no percurso de muitas associações e merece ser realçada, ainda mais pela história recente da Guiné-Bissau¹.

O país continua pouco (ou não) industrializado. O sector primário do qual vive a maioria da população constitui a base da economia do país, sendo que a agricultura, a floresta e a pesca representam 45% do PIB (Produto Interno Bruto); a indústria 8%; a

¹ A Guiné-Bissau é constituída por uma superfície de 36.125 Km², situa-se na costa da África Ocidental, faz fronteira a norte com o Senegal, a este e sudeste com a República da Guiné Conacri e a sul e oeste com o Oceano Atlântico e integra ainda cerca de 40 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós. A população é de 1,2 milhões. A língua oficial é o Português, a língua nacional o Crioulo e existem várias outras línguas e dialectos regionais. Do ponto de vista religioso, 45% da população professa crenças tradicionais, 39,9%, o islamismo, 13,2% o cristianismo (dos quais, 11,6% são católicos) e 1,6% o ateísmo. A população urbana representa 24% dos habitantes. O crescimento demográfico é de 2,41% ao ano. A fecundidade é de 5,99 filhos por mulher. A esperança de vida é de 44 e 46,9 anos para homem e mulher, respectivamente. O analfabetismo afecta 63,2% da população. A moeda é o Franco CFA, cotação para US\$ 1: 771,41 (Julho 2001). O PIB: US\$ 218 milhões (1999); o crescimento do PIB: 0,3% (entre 1990-1999). Exportações: US\$ 49 milhões (1999) e Importações US\$ 95 milhões (1999) (sobre mais dados económicos do país ver Pinto 1999; *Annuaire Economique et Géopolitique Mondial* (2002), Éditions La Découverte, Paris).

construção 8% e o comércio, a hotelaria e a restauração 26%². As sucessivas políticas de relançamento da economia não têm dado frutos, desde os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), no início da década de 80, passando pela adesão à CEDEAO (Comunidade Económica para o Desenvolvimento da África Ocidental) em 1989, e culminando com a entrada na "zona franco" e na UEMOA (União Económica e Monetária Oeste-Africana) em Maio de 1997, o que tem acentuado a mobilidade humana nos últimos anos para fora do país, essencialmente para Portugal.

A migração guineense para Portugal tem-se constituído através de um crescimento faseado, tendo como pano de fundo as consequências, numa primeira fase, do modelo de centralização do Estado que, nomeadamente, não permitiu a emergência de um sector privado dinâmico; numa segunda fase, das políticas de liberalização económica nos anos oitenta e, por fim, da progressiva degradação das condições económicas e sociais, da instabilidade política/institucional e do conseqüente conflito político-militar em 1998-99. Estas razões motivaram sucessivas vagas migratórias guineenses ao longo dos últimos anos.

Em Portugal estimam-se (de acordo com as Associações das Comunidades Migrantes guineenses) cerca de 50.000 cidadãos oriundos³ da Guiné-Bissau (estimativa que inclui mais de 20.000 guineenses legais, segundo os dados do SEF de 2003). Este fluxo foi provocado, a partir de meados da década de 80, pela conjuntura económica e administrativa e pelo falhanço dos Programas de Ajustamento Estrutural no país de origem, assim como pela capacidade de absorção da mão-de-obra imigrante no mercado da construção civil e obras públicas em Portugal. Nessa fase o contingente é constituído por várias categorias e grupos sociais, desde camponeses a pessoal administrativo, incluindo alguns quadros superiores (Machado, 2002). Entre finais dos anos 80 e princípio dos 90 assinalou-se o período mais marcante do fluxo, associado ao crescimento das redes migratórias (tanto familiares, como associativas). Desta forma se estabeleceu a “Comunidade Guineense” e se consagraram as suas formas de incorporação, assim como a tipologia de conflitos na integração no novo "espaço de vida"⁴.

² Dados fornecidos pelo Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, referentes a 2002.

³ O termo “oriundo” refere também a ligação sanguínea que os indivíduos possam ter com o país de origem (Guiné-Bissau), o que pode incluir indivíduos que pela identificação são portugueses de nacionalidade.

⁴ O conceito de “espaço de vida” (*espace de vie*) foi empregue pela primeira vez em 1974 por Daniel Courgeau (cit. In Domenach, 1995). Para muito autores pode ser ciclo de vida, densidade de residência, etc., tendo como

Em meados da década de 90 surge nova vaga de indivíduos com formação superior (na sua maioria empregados na construção civil e obras públicas), alguns formados nos países do Leste europeu e em Cuba, outros que depois do período de formação em Portugal, decidiram permanecer no país acolhedor (considerados “grupos *overstayers*”) devido à instabilidade permanente no país. Em 1998 a vaga de refugiados provocou um novo surto (o de *brain drain* - escoamento de quadros), esvaziando o aparelho de Estado da Guiné-Bissau dos quadros que asseguravam o seu funcionamento. Este período acentuou, quer continuidades, quer contrastes, na identidade migratória guineense, sublinhado pela mescla de grupos sociais que saíram do país e que conseguiram asilo (como refugiados) em Portugal e, posteriormente, as “Autorização de Residência”.

Nas suas formas e tipologias o exemplo guineense é um espelho das migrações africanas associadas a razões culturais, étnicas, económicas e políticas, impulsionadas por uma estratégia de sobrevivência; uma pessoa da família assume a responsabilidade por todos os outros membros da família/familiares, tendo como obrigatoriedade moral/tradicional a sua sustentação. Por exemplo, no Senegal, os migrantes chegam a suprir as necessidades familiares (família alargada) entre 70% a 80% (BIT, 1995, cit. in Adepoju, 2000).

A Guiné-Bissau é constituída por diversos grupos étnicos, entre os quais Balantas (27%), Fulas (23%), Mandingas (12%), Manjacos (11%), Papeis (10%), Felupes (2%) e outros (15%) (Pinto 1999). Manjacos e Fulas representam os grupos com maior experiência de mobilidade espacial na história da migração guineense. Os Manjacos, por influência da interacção regional com o Senegal, já no início do século XX (segundo vários estudiosos e "contos") emigravam para esse país, alcançando depois a França - o que é evidenciado pela sua participação na I e II Guerras Mundiais ao lado das tropas francesas. Por sua vez, os Fulas provieram do Futa Djalón (Mali), incorporando características nómadas na sua história e vivências quotidianas. Estas circunstâncias reforçam, de certa forma, a identificação destes grupos com a "cultura migratória" transmitida ao longo da sua história, de geração em geração, e cujo impacto se nota hoje na diferenciação do desenvolvimento regional/local de origem destes grupos em relação aos demais.

definição toda a esfera que delimita a porção dentro da qual o indivíduo realiza todas as suas actividades. Pode ser

Do ponto de vista científico, a análise, compreensão e explicação das vivências e das formas de organização das diferentes comunidades migrantes, não só ajudam a delinear medidas de enquadramento, como permitem promover uma melhor correlação entre a vida dos migrantes e a sociedade global (tanto na de acolhimento, como na de origem). O capital social⁵ baseado nas relações sociais existentes é um elemento-chave na percepção e apreensão desta realidade. O capital social é a interacção social, são as relações sociais, as redes (por exemplo, associações), as normas, os valores e convicções comuns que confirmam a qualidade e quantidade de interacções sociais entre indivíduos e entre instituições numa sociedade. Um elevado e reconhecido grau de capital social permite uma maior harmonização dos agentes entre si, maior cooperação e melhor enquadramento, ou seja, uma melhor integração⁶.

Os diferentes tipos de comunidades migrantes, assim como o seu grau de interacção, interessam muito à compreensão da própria integração. Elementos de cultura organizacional, necessidades de agrupamento em associações (cooperação entre si), índices de participação activa em eventos comunitários, etc., tendo em conta objectivos comuns, são imprescindíveis para a coesão do grupo e facilitam o processo de integração (consumação de valores comuns).

As Associações das Comunidades Migrantes representam o estado evoluído do capital social dos imigrantes - através do reforço da capacidade de organização, da identidade colectiva, da partilha de objectivos comuns, etc. As Associações guineenses em Portugal foram constituídas faseadamente durante o processo de crescimento do fluxo migratório e por iniciativa de comunidades diferenciadas, o que se sublinha a seguir.

restrito a lugar de habitação de família e lugar de trabalho.

⁵ O conceito de capital social, segundo vários autores das ciências sociais, incorpora diversas tradições sociológicas, estando presente no pensamento de Durkheim, através do estado da interiorização das normas sociais e da funcionalidade; em Tönnies, na análise do papel de integração da comunidade; em Marx, na compreensão da construção da solidariedade de classes; em Weber, na aplicação do sentido da acção; e em Simmel, na caracterização da sociabilidade na metrópole (Aron, Raymond 1999). Nos nossos dias gera influências na percepção das organizações e do desenvolvimento.

⁶ Muitos cientistas sociais, essencialmente das migrações, tratam a integração dos migrantes como um processo de enquadramento que combina as duas realidades (sociedade de acolhimento / sociedade de origem).

2. A imigração guineense em Portugal: da formação das comunidades à necessidade de organização em Associações de Migrantes

A fase de surgimento e pré-consolidação das Associações das Comunidades Migrantes guineenses em Portugal é inicialmente marcada pela influência das redes familiares e de parentesco/étnico e pela formação das próprias comunidades migrantes, em geral confinadas a determinados espaços de vida na malha urbana. Esta formação comunitária é o resultado de um processo de selecção e de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, sustentada pelo crescimento significativo do fluxo migratório.

Neste período, correspondente aos finais dos anos 80 e início dos 90, as redes familiares (constituídas por indivíduos identificados por laços de familiaridade e/ou de parentesco/étnico) demonstraram ser elementos-chave no processo de integração, contribuindo não só para a recepção e integração dos seus familiares, como para a selecção e o crescimento do número de imigrantes. As redes familiares, apesar de serem simples, asseguram a socialização primária dos seus membros, impulsionando desta forma o crescimento do fluxo migratório e favorecendo a formação das comunidades. Albuquerque (2000) considera as redes familiares como centrais na experiência de qualquer grupo migrante e no processo de adaptação e estabelecimento das comunidades, desde os primeiros contactos com a sociedade de acolhimento. A consolidação de "identidades comunitárias" torna-se o testemunho do estado evoluído destas redes e das suas formas de incorporação na sociedade de acolhimento.

Foi justamente nesta época que surgiram as primeiras Associações das Comunidades Migrantes guineenses em Portugal, algumas das quais se mantiveram num registo informal, enquanto outras adoptaram estatutos formais, de acordo com a sua natureza, dimensão, etc. É o caso da AGUINEENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social), fundada em 1987 e de outras organizações similares, quer formais, quer informais.

Apesar do papel contínuo das redes familiares na socialização dos seus membros, começaram a aparecer problemas de natureza extra-familiar que implicaram uma intervenção organizada e institucional na sociedade de acolhimento. As questões de integração/discriminação que se faziam sentir em zonas localizadas de habitação de

imigrantes tornaram-se cada vez mais evidentes. Aconteceu, por exemplo, no bairro de barracas do Prior Velho, em Lisboa (agora substituídas por prédios no bairro da Apelação), assim como no bairro das Marianas em Carcavelos, que foram e são espaços de vida específicos dos imigrantes e que têm suscitado vários problemas, resultantes dos défices de intervenção nos processos de integração. As redes (in) formais, que hoje podem ser consideradas como Associações das Comunidades Migrantes, surgiram na luta contra estas fragmentações e constrangimentos sociais, face às necessidades de integração. É o caso, por exemplo, da Balole (Associação dos Filhos de Bajope-Capol Residentes em Portugal), criada em 1985; da Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal; da Associação Guineense de Descendentes e Amigos de Pecixe; da Associação dos Emigrantes de Tame, entre outras. Todas elas surgiram de uma indispensabilidade de integração dos seus membros, tentando responder às novas exigências causadas pelo crescimento do fluxo migratório. Com o decorrer do tempo, mantendo-se o aumento do movimento e associado aos problemas de integração, estas Associações foram ganhando carácter institucional (apesar de algumas continuarem a ser ainda hoje informais). Um certo número obteve o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (como aconteceu com a AGUINENSO), o que lhes abriu o acesso aos fundos financeiros do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, permitindo-lhes assim auxiliar, não só membros das suas próprias comunidades, como também de outras, nomeadamente de imigrantes dos países da Europa central e de leste.

Esta crescente consolidação das Associações, também ao nível institucional, coincidiu com o período de reconhecimento, por parte das autoridades guineenses, das influências dos imigrantes nos seus locais de origem. Assim, foi criado na Guiné-Bissau (país de origem), no quadro do Estado, o IAE – Instituto de Apoio ao Emigrante que, em 1998, celebrou um acordo com o ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (no país de acolhimento). Mas o IAE, não obstante os seus objectivos, é incapaz de resolver os problemas actuais da comunidade migrante, até porque o seu orçamento (13.000 euros anuais) não lhe garante qualquer capacidade de estruturação e funcionalidade. Do ponto de vista das leis que poderiam estimular e incentivar o investimento dos migrantes nas origens verifica-se, naquelas que já estão publicadas, que existe uma confusão entre o migrante e o estrangeiro/cooperante, não havendo nenhuma diferenciação que permita

estimular o investimento dos migrantes. Esta situação é evidente no Manual do Regime Geral das Isenções (capítulo IX, lei nº 2/95) e no Código de Investimento no País (capítulo IV, artigo nº 12) da Guiné-Bissau. Perante esta realidade, se exceptuarmos as acções promovidas pelas Associações das Comunidades Migrantes, só a OIM – Organização Internacional das Migrações, através das suas Missões em Lisboa e em Bissau, tem demonstrado deter alguma capacidade de influência no processo, ao coordenar o regresso efectivo de mais de 500 guineenses ao país de origem, através de programas como o *Retorno e Reintegração de Nacionais Africanos Qualificados* (conhecido pela sigla RQAN) e o *Programa Piloto de Retorno Voluntário* (PPRV). Outras possibilidades, como a utilização do programa MIDA – *Migrações para o Desenvolvimento em África*, estão ainda por concretizar.

Um outro conceito a considerar é o da Cooperação Descentralizada, cujo princípio foi introduzido na Quarta Convenção de Lomé, em 1989, e complementado no Regulamento (CEE) nº 443/92 do Conselho. Estes documentos incentivaram as geminações entre municípios de acolhimento e de origem, quadro em que se desenvolveram alguns projectos de apoio às comunidades de origem, envolvendo os seus cidadãos e algumas associações como elementos intermediários do processo. A Cooperação Descentralizada, embora não tenha ainda averbado grandes sucessos, representa uma nova abordagem do desenvolvimento que coloca as populações no centro da realização das acções de cooperação, prosseguindo o duplo objectivo de adaptar as operações às necessidades e de viabilizar as operações.

Nesta lógica poderia inscrever-se a Associação de Amizade Matosinhos-Portugal /Mansoa-Guiné-Bissau, com estratégias de intervenção ao nível da saúde e da educação. Mas na realidade, as dificuldades financeiras não lhe têm permitido pôr em prática os seus objectivos, o que levou os nativos de Mansoa, por vontade própria (amizade, identidade e interacção entre os seus membros), a criar uma nova Associação – a AFAM (Associação dos Filhos Amigos de Mansoa), para responder às necessidades dos locais de origem, entre as quais água potável e uma estação de rádio, para além de outras actividades educativas e desportivas, mostrando assim como se pode contribuir por iniciativa própria, sem que haja necessidade de intervenção estatal ou de outras entidades formais.

3. As Associações das Comunidades Migrantes guineenses em Portugal e as suas ligações ao desenvolvimento do país de origem

As Associações das Comunidades Migrantes guineenses em Portugal começaram a constituir-se na segunda fase do crescimento migratório guineense. Inicia-se nessa época um período de consolidação assente numa necessidade de auto-sustentação das Associações, ao mesmo tempo que o processo de integração dos imigrantes assume uma outra dimensão, ao surgir a consciência da diáspora e do transnacionalismo. Num estado evoluído das Associações começam a ultrapassar-se os problemas de integração no país de acolhimento, registando-se uma necessidade de auto-sustentação e de preocupações com o desenvolvimento dos locais e do país de origem. As remessas familiares que promovem o desenvolvimento das famílias e da comunidade associam-se a projectos de indivíduos organizados colectivamente (comunitariamente) para resolver os problemas que afectam os seus locais de origem.

As Associações das Comunidades Migrantes guineenses incluem desde trabalhadores indiferenciados a quadros qualificados (convém não esquecer que a Guiné-Bissau possui um número muito elevado de quadros superiores que desenvolvem trabalhos não compatíveis com o seu capital humano em Portugal, Có, 2003).

É de sublinhar o facto de o transnacionalismo da diáspora guineense ser sobretudo expresso num registo comunitário regional/local/étnico. Das 35 Associações reconhecidas pela "Confederação de Associações Guineenses em Portugal", em 2002, 22, ou seja, 63%, apresentam um carácter étnico (quer dizer, grupos formados por pessoas com a mesma identidade cultural, local e étnica). Digno de registo é ainda o facto de que dos 22 grupos étnicos, 20, ou seja, 91%, são identificados como Manjacos e Muçulmanos (com destaque para os Manjacos), o que evidencia a influência destes dois grupos na formação do transnacionalismo comunitário guineense. Tendo em conta as influências destes nos locais de origem, poderá ver-se criada uma nova ordem de mobilidade social e económica no país de origem.

A ligação das Associações das Comunidades Migrantes à sua origem, através de projectos, é hoje bem visível na Guiné-Bissau ao nível local. Cada vez mais, com maior diversidade, esta actividade é sintomática dos problemas das populações, uma vez que o Estado não possui capacidade de resposta às questões colocadas pelo

Comment: "indivíduos organizados colectivamente" parece-me pouco claro. MF

desenvolvimento do país, assim como também não acompanha os trabalhos desenvolvidos por estas Associações. O Estado não só não acrescenta nenhum complemento aos projectos como, pelo contrário, impõe constrangimentos burocráticos desnecessários que entravam os esforços efectuados.

Exemplos de acções e projectos são as ajudas em medicamentos, materiais escolares e materiais desportivos, a construção de estabelecimentos de ensino e de diques para a agricultura, o desenvolvimento do comércio e incentivo religioso. Por vezes, estas iniciativas são executadas ou apoiadas por Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), bem como por agências das Nações Unidas (como o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PAM - Programa Alimentar Mundial, etc.), com contributos (pontuais) de ONG locais.

A capacidade de voluntariado das Associações das Comunidades Migrantes, apesar das dificuldades financeiras que enfrentam, é de realçar. Hoje em dia, muitas Associações pretendem criar parcerias com o governo do país de origem, assim como com outras instituições, para responder melhor às necessidades locais dos seus membros e familiares. Mas continuam a registar-se muitos problemas.

Foi o que aconteceu com um projecto no âmbito da geminação Matosinhos/Mansoa que deveria ter sido financiado pela UNICEF em 2000, mas que acabou por não ser executado devido aos entraves colocados pelo então governo da Guiné-Bissau. Uma outra experiência é a da Associação Moura-Bissau que colaborou na instalação de uma biblioteca em Bissau e no envio de ajuda medicamentosa para o hospital Simão Mendes (o hospital principal de Bissau), para o Centro Hospitalar de Mansoa e para a Missão Católica em Bissau, assim como organizou cursos de formação em Administração Pública Directa e Administração Autárquica, durante quatro meses, com o apoio de formadores portugueses que se deslocaram à Guiné-Bissau. Devido à falta de aval por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau não foi possível realizar um estágio de um médico guineense num hospital de Beja. Actualmente esta Associação tem um projecto de tele-ensino que poderia ser canalizado através da RDP-África (Rádio Difusão Portuguesa-África), mas não possui capacidade financeira para a sua realização.

No entanto, nem todos os grupos de imigrantes se identificam com a lógica das comunidades transnacionais. É preciso uma "tradição migratória", transmitida de geração em geração, uma circulação entre localidades situadas no país de origem e nos países de destino; é preciso uma "cultura migratória activa" – toda a interiorização dos mecanismos do transnacionalismo (saber estar nas duas sociedades).

O carácter social e a preocupação interventiva das Associações das Comunidades Migrantes são a demonstração da sua força, coragem e estado de integração, permitindo um reforço da sua identidade no país de acolhimento e revelando sinais de desenvolvimento nos locais de origem.

Para ilustrar esta situação, apresentam-se duas experiências, vistas sob dois ângulos complementares: o da Associação criada no país de acolhimento, e o da aldeia que se foi desenvolvendo no país de origem.

*Balole – Associação dos Filhos de Bajope e Capol residentes em Portugal*⁷

Esta Associação de Migrantes oriundos de Bajope e Capol (uma secção do sector de Canchungo, região de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau) é constituída por uma população 100% manjaca, professando a religião cristã e animista, e nasceu nas barracas do bairro "Fim do Mundo", em S. João do Estoril, em meados dos anos 80. A sua primeira finalidade foi receber e auxiliar os parentes recém-chegados e só em 2000 se legalizou. Hoje a Associação tem objectivos mais ambiciosos e pretende promover acções socio-culturais, reaproximar os familiares residentes em Portugal, contribuir para a integração dos seus membros na sociedade de acolhimento, assim como manter uma dinâmica de interacção com as Associações de migrantes oriundos de Bajope e Capol sediadas noutros países (Senegal, França). Com apenas 150 sócios e poucos recursos financeiros (provenientes de quotas mensais de 5 euros), a Associação vai minimizando as dificuldades de integração que os seus membros enfrentam no país de acolhimento, garantindo simultaneamente ajudas aos seus locais de origem. Em 1993 a Associação Balole conseguiu concretizar um dos seus

⁷ Informação baseada no testemunho apresentado no Seminário "*Migrações: uma oportunidade para o desenvolvimento?*", organizado pelo CIDAC, Organização Não-Governamental de Desenvolvimento, em Lisboa, a 4 de Julho de 2003.

objectivos, enviando para a Guiné-Bissau um lote de medicamentos. Em 1996 fez seguir equipamentos desportivos no valor de 2.000 euros para Dacar (Senegal) e para a Guiné-Bissau e no ano de 2000 foram enviadas 120 secretárias e 200 cadeiras destinadas a dois pavilhões escolares entretanto construídos em Bajope e Capol, o que obrigou a uma despesa suplementar de 2.500 euros em despacho. Estas actividades podem vir a ser ampliadas por outras acções em preparação, ao nível da saúde, assuntos sociais, educação e agricultura.

*Braima Sory*⁸

É uma aldeia interessante do ponto de vista do crescimento local influenciado por Associações das Comunidades Migrantes. Ainda que de natureza informal, estas construíram uma "pequena cidade" (por comparação com as outras aldeias mais próximas), vista pela população como "uma aldeia moderna". Braima Sory, nome da tabanca (aldeia), situa-se entre duas regiões do leste do país, Bafatá e Gabu (regiões tradicionalmente habitadas por Fulas e Mandingas).

No passado era uma simples tabanca tradicional, ocupada por um grupo de familiares que se auto-apropriaram do espaço. Braima Sory era o nome do chefe de família, que tinha quatro filhos, e vivia com alguns dos seus familiares próximos e amigos provindos de Bafatá. A localidade cresceu devido à poligamia e à alta fecundidade das mulheres, fazendo-se os casamentos entre familiares (entre tios e sobrinhas e entre primos). A tabanca fez 58 anos de vida em 2003, perdeu muitas das suas tradições, mas também ganhou, com os incentivos dos seus migrantes, espalhados pela diáspora. Devido à tradição nómada e comercial desta etnia (Fula), durante algum tempo os seus chefes, representantes da comunidade, viajavam para o Senegal, para a Gambia e para a Guiné-Conacri e, com uma pequena ajuda financeira, incentivavam no mesmo sentido os seus descendentes. Estes juravam, pela fé/família/amizade, trabalhar para o desenvolvimento da tabanca e daqueles que não tinham oportunidade de viajar ou emigrar. Assim foi crescendo o pequeno fluxo migratório familiar/local, hoje espalhado pela diáspora. Só em Portugal estima-se que vivam mais de 200 pessoas

⁸ Informação baseada na observação directa e na pesquisa realizada pelo autor, em Junho de 2002, no âmbito da preparação da dissertação de mestrado.

desta origem, o mesmo acontecendo em Espanha, na Suíça, no Reino Unido e nos EUA. Possuem, por um lado, a cultura migratória temporária (através de uma movimentação pendular de vai/vem), onde a estadia costuma durar 6 meses no país de acolhimento e outro tanto no país de origem. Voltam depois às origens, mesmo que os projectos não sejam cumpridos, para poder ter a oportunidade de pedir e prometer perante o seu sagrado (mesquita).

A tabanca é constituída hoje por mais de 2000 indivíduos, na sua maioria crianças. Segundo o professor primário (informante-chave), a grande dificuldade das crianças era (e continua a ser) a escola, construída há bem pouco tempo com a ajuda dos pais migrantes, sem que houvesse qualquer contributo por parte do Estado.

Comment: informante ou informador? MF

A tabanca é moderna – na interpretação do professor - dispondo de boas casas, bem equipadas interiormente, com luzes e água, televisores, antenas parabólicas etc., e até com carros de luxo à porta. Estas condições têm elevado valor simbólico para muitos indivíduos, sobretudo para quem vivia em palhotas ou em casas de tábuas de bambu; representam um paraíso para os que estão a viver esta fase de transformação, mas é normal para os que acabam de nascer. São uma realidade graças àqueles que migraram e que nunca se esqueceram da sua origem.

4. Algumas considerações finais

A gestão dos fluxos migratórios e a integração dos imigrantes exigem, em simultâneo, uma política de desenvolvimento justo e sustentável para todos os países envolvidos (de origem e de acolhimento). É necessária uma participação activa das várias sensibilidades e uma elaboração e tomada de consciência das oportunidades migratórias por parte de entidades públicas locais, de grupos de iniciativa e organizações não-governamentais, de estabelecimentos de ensino e de investigação, de igrejas, de organizações de populações indígenas, entre outras entidades, no sentido da interiorização do facto de que as migrações hoje em dia constituem uma estratégia de desenvolvimento. As Associações das Comunidades Migrantes e as Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento são os elos principais deste processo.

Tanto umas como outras podem, assim, prestar um contributo importante, nomeadamente a nível europeu, para a compreensão das diferentes formas e efeitos da exclusão social e para assegurar a concepção, a execução e o acompanhamento dos programas, projectos e acções que promovem o desenvolvimento nos países de origem dos migrantes. Neste contexto, será possível identificar um leque de oportunidades, tais como:

- Um desenvolvimento mais participativo que corresponda às necessidades e às iniciativas das populações dos países em desenvolvimento e a um melhor enquadramento no país de acolhimento;
- Um contributo para a diversificação e o reforço da sociedade civil no desenvolvimento, tanto nos países de origem, como de acolhimento;
- Pertinência, eficácia e viabilidade dos programas e das acções de desenvolvimento e consequente operacionalidade.

As ONGD, juntamente com as Associações das Comunidades Migrantes, constituirão uma espécie de terceira força, a par de outras entidades, públicas e privadas, tendo como objectivo o desenvolvimento da sociedade global, numa perspectiva mais equitativa. As primeiras já foram reconhecidas (devido à sua experiência e conhecimentos, às capacidades de gestão administrativa e financeira e à natureza das relações com os seus parceiros nos países em desenvolvimento) enquanto participantes activos da sociedade civil, desempenhando um papel cada vez mais importante na concretização da cooperação para o desenvolvimento. As segundas são uma força emergente que conhecem profundamente os problemas que afectam os seus membros e as suas comunidades, tanto no país de origem como no país de acolhimento, possuindo também uma ligação umbilical e afectiva com os locais de onde emigraram, o que as torna pró-activas no esforço do seu desenvolvimento.

As parcerias entre Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e Associações das Comunidades Migrantes deverão ter em conta as capacidades e conhecimentos respectivos, de modo a poder operacionalizar as acções e programas, o que contribuirá com certeza para o desenvolvimento dos países de origem dos migrantes e, simultaneamente, para o melhoramento da integração nos espaços de acolhimento. É este o desafio.

Bibliografia

Adepoju, Aderanti (1997), *Family, Population et Développement in Africa*, London & New Jersey, Zed Book LTD.

Adepoju, Aderanti (2000), « Les Migrations Internationales en Afrique Subsaharienne: Problèmes et Tendances Récentes », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp. 436-447, RISS 165/Setembro UNESCO.

Afonso, M.M. (1998) – *Cooperação Descentralizada: O caso dos municípios portugueses; Investigação e Pesquisa n.º 5*, CIDAC – Organização não Governamental de Desenvolvimento.

Albuquerque, Rosana (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismos de Imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1ª Edição.

Amin, S. (1989), *La Faillite du Développement en Afrique et dans le Tiers-monde*, Paris L'Harmattan.

Annuaire Economique et Géopolitique Mondial (2002), Éditions La Découverte, Paris

Aron, Raymond (1999), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Mirasete Artes Gráficas, Lda.

Badie, Bertrand (1994), *Le Défi Migratoire (Questions de Relation Internationales)*, Paris Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques.

Baganha, Maria e Ferrão, João (2000), *Crie-se um Observatório. Para lidar com a crescente complexidade do fenómeno das migrações em Portugal. O laissez-faire e a passividade não constam do rol. In Revista "Economia Pura", pp.: 34-37, Setembro, Ano III, nº 28.*

Bastardes, Clara et al (1999), "¿Qué Futuro para qué Cooperación?" *In El África que Viene*, pp. 227-264, Fundación para el Tercer Mundo, Miembro de Oxfam Internacional, Edición Primera Intermón Barcelona.

- Becker, Gary S. (1983), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education*, Second Edition, Chicago and London, the University of Chicago Press.
- Bidyogo, Donato (1999), *Conflictos em África*, In *El África que Viene*, pp. 265-281, Fundación para el Tercer Mundo, Miembro de Oxfam Internacional, Edición Primera Intermón Barcelona.
- Buabock (1994) - *Transnational Citizenship: Membership and Rights in International Migration*, Published by Edward Elgar; Publishing Limited - Gower House, England.
- Cassée, Paul e al (1989), « Les Difficultés Scolaires des Enfants Etrangers: Destin de la Deuxième Génération ou Conséquence de la Politique de L'immigration », In *Etre Migrant: approches des problèmes socioculturels et linguistiques des enfants migrants en Suisse*. Pp.: 221-234, 2. Edition, Frankfurt am Main; New Cork; Paris; Editions Peter Lang, SA.
- Castles, Stephen et al (1998), *The age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, 2º Edition, McMillan, Press Lda.
- Castels, Stephen (2000), « Les Migrations Internationales au Début du XXIe Siècle: Tendances et Problèmes Mondiaux »; In *Revue Internationale de Sciences Sociales* pp. 313-329, RISS 165/Setembro UNESCO.
- Có, João Ribeiro Butiam (2003), *Migração Guineense e Retorno: Um Mito, ou uma Realidade Desencorajada?* Tese de Mestrado, ISEG/UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa).
- Domenach, Hervé et al (1995), *Les Migrations: que sais- Je?* 1er Edition Press Universitaires de France.
- Dislivro (2003) *Novo Regime Jurídico da Entrada, Permanência, Saída e Afastamento do Território Nacional*, (Cidadãos da EU, Asilo, Refugiados, Jurisprudência, Legislação Complementar, Índices Analítico e Sistemático) Edição e Distribuição: "DisLivro" Lisboa.

- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, New York, Clarendon Press, Oxford University Press.
- Gonçalves, Albertino (1987), *O Presente Ausente: O Emigrante na Sociedade de Origem*, Cadernos de Noroeste.
- Kastoryano, Riva (2000), « Immigration, Communautés Transnationales et Citoyenneté » *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 353-359, RISS 165/Setembro UNESCO.
- Lopes, Carlos (1988), *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Edições E.S. (Editorial Economia e Socialismo, CRL), Lisboa – Bissau.
- Machado, Fernando Luís, (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade E Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001a), *Migrations pour le Développement en Afrique (MIDA)*, Programme de Renforcement des Capacités dans les Pays africains, Switzerland, 17 routes des Morillons, Genova 19.
- OIM (Organisation Internationale pour les Migrations) (2001b), *Rapport de L'Atelier Technique sur le Programme MIDA*, Tenu à Libreville (Gabon) du 9 au 11 avril, 17 routes des Morillons, Genova 19.
- Portes, Alejandro (1995), *The Economic Sociology of Immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*, Russell Sage Foundation: New York, Alejandro Portes Editor.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Roberts, Bryan (1995), "Socially Expected Durations and the Economic Adjustment of Immigrants", *In The Economic Sociology of Immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*, pp.: 42-86, Russell Sage Foundation: New York, Alejandro Portes Editor.
- The Sociology of Migration (1996) *The International Library of Studies on Migration* - Series Editor: Robin Cohen, University of Warwick, UK.

Todd, Emmanuel, (1994), *Le Destin des Immigrés - Assimilation et Ségrégations dans les Démocraties Occidentales*, Paris, Edition Seuil.

Touré, M. et al (1992), *Migration, Development and Urbanisation Policies in Sub-Saharan Africa*, First Published, Dakar, Sénégal, Codesria Book Series.

Touré, M. et al (1993), *Migrations et Urbanisation au sud du Sahara, "Quels Impacts sur les Politiques de Population et de Développement?"* Dakar, Sénégal, Codesria Book Series.

Woods, Hgaire et al (2001), « La Gestion des Institutions et les Limites de L'obligation Redditionnelle: L'OMC, Le FMI et la Banque Mondiale », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp.: 625-643, RISS 170/Dezembro UNESCO.

Vermeulen, Hans (1998) - *Immigration, Integration and Politics of Culture - Working Papers n. ° 5*, Universidade Nova de Lisboa.

Fontes auxiliares

"Código do Investimento" (2001), Gabinete de Apoio ao Investimento, *Ministério da Economia e Finanças da Republica da Guiné-Bissau*, Bissau, INACEP.

"Como Investir na Guiné-Bissau", (1998), Direcção de Promoção do Investimento Privado, *Ministério da Economia e Finanças da Republica da Guiné-Bissau*, Rua 12 de Setembro, Bissau Velho, Apartado 1276 BXO.

"Manual do Regime Geral de Isenções", (das Alfândegas da Guiné-Bissau), *Regime Geral de Isenções/lei n.º 2/95*, Republica da Guiné-Bissau, Bissau.

DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-A, n.º268-19-11-1997 (Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal), Lisboa, Portugal.